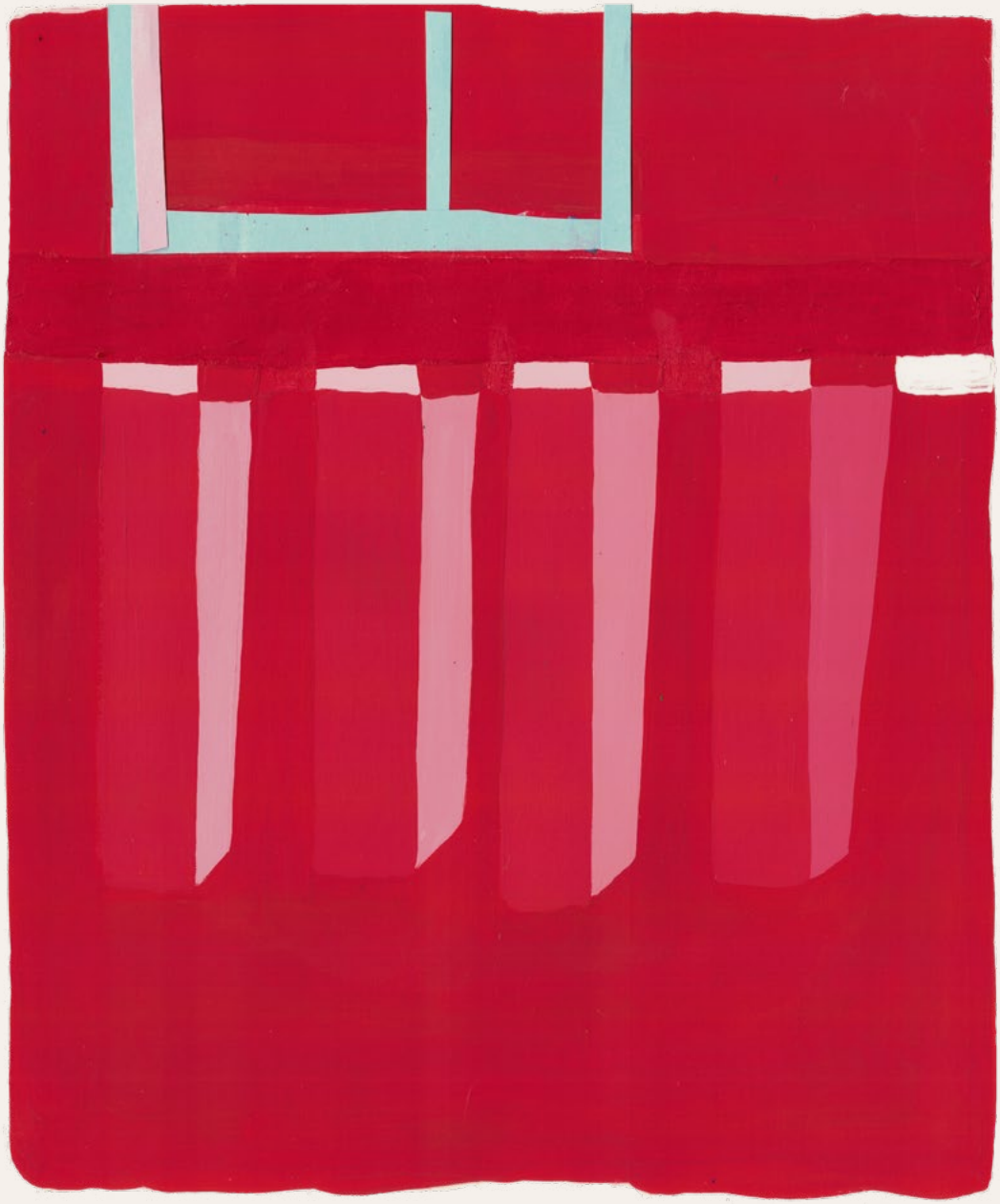
Caderno de Leituras n.163 | 2023

Um mundo entre nós



Marina Garcés

Tradução de
Gabriela Albuquerque

Nota da editora

Uma versão em espanhol deste texto, intitulada “Un mundo entre nosostros”, foi publicada em Barcelona pelo coletivo Espai em blanc, em 3 de março de 2009 no número 5-6 da revista, com o tema “Desafiar el poder – La fuerza del anonimato” e está disponível em: <http://espaien-blanc.net/?page_id=759>.

Agradecemos à autora a autorização para esta publicação.

Para poder dizer “nós” é necessário aprender a ver o anonimato do mundo que há entre nós. Nessa aprendizagem, o anonimato deixa de ser sinônimo de privação ou pobreza do sujeito para se apresentar como riqueza do mundo no qual estamos envolvidos. Eu pretendo falar sobre essa riqueza e sobre como podemos pensá-la politicamente.

1.

Para isso, o primeiro é perguntar por que nos é tão difícil dizer “nós”? Em qual sentido é difícil? É quando não sabemos com quem contamos, quem são os nossos. Quando não encontramos aliados na multiplicidade dos nossos contatos e relações, quando sobrevivemos na indiferença de saber tudo sem que nada aconteça... No entanto, também é difícil quando precisamos recorrer a identidades externas que nos digam quem somos para que nos sintamos reconhecidos, ou quando à força de generalizar nos perdemos em universalidades vazias. Parece, então, que a experiência do nós não se sustenta por si mesma:

– Ela se dilui na soma de eus (o multitudinário, a rede de contatos, os públicos, os números da estatística...)

– Limita-se na identificação (novas e velhas identidades culturais, étnicas, estéticas...)

– Neutraliza-se na abstração (na cidadania, na humanidade...)

A pergunta sobre o nós é política, filosófica, existencial, não coincide com a pergunta sociológica sobre a identificação de atores/agentes de uma determinada situação social. A pergunta sobre o nós não se resolve na resposta ao QUEM, e sim é limitada por ela, uma vez que essa pergunta é sempre aberta e sempre determinada pelos nossos vínculos, pela nossa inserção num mundo que construímos e transformamos coletivamente. Em continuação com momentos anteriores do pensamento crítico, tenta-se pensar com novas palavras essa autonomia do nós, sua intempérie mais encarnada, seu equilíbrio precário entre a abstração vazia e a particularidade fechada. Como a chuva fina que já não está no céu, mas que ainda não encharcou o solo, que está em movimento em cada uma das suas inumeráveis gotas. Como ser chuva fina? Como pensar o nós em sua concreta autonomia? Como conquistar nossos vínculos sem ficar presos neles, fazendo dessa conquista um processo de libertação?

2.

Para que adentremos essas perguntas proponho revisar, quase como em um vídeo acelerado, um breve episódio pertencente à história da filosofia da primeira metade do século XX. Os protagonistas são Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty. Em 1927, em *Ser e Tempo*, Heidegger introduz a ideia, quase antimoderna e muito pouco ocidental, de que o ser-com-os-outros (*Mitsein*) é uma estrutura fundamental da existência, quer dizer, que não é algo derivado, secundário em relação a uma existência individual, que não há um eu prévio ao ser COM os outros. Uma vez que existir é estar aberto ao mundo, já estamos sempre em relação com os outros, estamos já em um certo nós que é anterior a nossa relação pessoal do um a um, de um com o outro. Quinze anos mais tarde, em *O ser e o nada*, Sartre rebate essa proposta heideggeriana por considerá-la uma "afirmação sem fundamento", uma ideia "abstrata" que não serve para explicar a relação concreta entre consciências. No concreto, para Sartre,

toda relação com outro é pessoal e as pessoas, em qualquer relação, são primordialmente um eu e um você. Todo ser-com-o-outro deve pressupor, portanto, um ser-para-o-outro, um momento de exterioridade, conflito, encontro e reconhecimento. Toda experiência do nós é assim uma impressão subjetiva, psicológica e provisória da consciência particular na sua relação de confrontação com o outro. A tentativa heideggeriana de passar da *luta* à *equipe* é uma tentativa infértil de superar o confronto eu-você, a luta de consciências como esquema básico da intersubjetividade. "A essência das relações entre consciências não é o ser-com senão o próprio conflito", afirma Sartre.[1] Portanto, o nós não se sustenta por si mesmo, só pode ser concebido em segunda instância, como um conceito derivado. Quando experimentado por uma consciência particular, só pode ser pensado como um eu ampliado ou dilatado, como uma pessoa ampliada.

Parece que a discussão não tem saída: ou ficamos com Heidegger, no postulado de um nós abstrato que não toca o real (de fato, é uma estrutura ontológica que não tem tradução no mundo ôntico) ou entramos no terreno do concreto, onde a lógica da pessoa impõe sua lei e a ideia do nós só pode ser secundária ou derivada com respeito ao eu.

Três anos mais tarde, Merleau-Ponty, em *Fenomenologia da percepção*, entra em cena com a pergunta "como colocar o eu no plural?". Ele propõe retomar a afirmação sem fundamento de Heidegger para enraizá-la na concretização do mundo humano. Para isso, ele terá que romper o círculo vicioso que impõe a lógica da pessoa. Merleau-Ponty não tenta somar eus, nem abstrai sua relação: o que ele faz é abrir o eu à sua existência impessoal. Não se trata de apagar a singularidade de cada existência, senão de abri-la a seu próprio anonimato. Porque estamos abertos ao mundo, quer dizer, envolvidos nele, sempre há algo em nós que não é de todo nosso, que não cabe em nosso eu. O anônimo, aquilo que não tem

1 Sartre, *L'être et le néant*. Paris: Gallimard, 1943, p. 481.

titular, aquilo que não é atribuível a um indivíduo ou outro, a uma consciência ou outra, é uma dimensão fundamental da nossa existência, na medida em que ela está inscrita em um corpo e em um mundo. Merleau-Ponty rastreia as pegadas desse anonimato nas coisas, onde encontra rastros de outro, de uma atividade da qual eu também participo; nos corpos, sempre entrelaçados na sua aparente distância; na história, não como lei, e sim como "verdade por fazer", como acumulação de sentido da qual participamos e que pede para sempre ser retomada. Merleau-Ponty encontra o anonimato não em um sujeito apagado, mas em um mundo povoado de sentidos, de corpos, de gestos, de relações... em um mundo comum, que não é de ninguém, onde estamos todos e todas as coisas envolvidos. Nesta dimensão tão concreta da vida coletiva há um nós que precede a separação das consciências. Um nós que já não é apenas pessoal ou que é pessoal apenas de maneira local e intermitente. Um nós que nem sequer é apenas humano, mas que incorpora o conjunto do sensível.

Esse anonimato não supõe a perda do rosto. O que se perde ao incorporá-lo como uma dimensão da existência é a solidão do face a face. O que se ganha é um mundo povoado de sentidos acumulados, uma visão do ser inesgotavelmente expressivo e secretamente articulado. O anonimato, como inacabamento, não é, então, déficit, senão potência, não é indefinição, senão campo de relações, não é insignificância, senão expressividade social. "Eu tenho o mundo como indivíduo inacabado por meio do meu corpo como potência desse mundo."[2] O anonimato não é dissolução senão coimplicação, "complicação" também poderíamos dizer. Essa coimplicação é o nós. Aí é possível sustentar a autonomia de um nós, de um ser-com, que não é secundário, nem derivado de uma relação pessoal entre um eu e um você, mas a dimensão fundamental da vida humana como atividade de criação e transformação do mundo. Aprender

2 Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945, p. 402.

o anonimato não é, portanto, desaparecer, mas "despertar nos vínculos",[3] dito de outra maneira, conquistar a liberdade no entrelaçamento.

3.

Eu quis retomar o fio dessa discussão porque a maneira como Merleau-Ponty rompe o dilema entre a abstração do comum ou a concretização das pessoas, abrindo a porta para a dimensão impessoal da nossa existência, implicada de maneira corporal, ativa e concreta no mundo e com os outros, nos permite hoje buscar novas chaves para pensar questões fundamentais para esses tempos de pulverização do laço social:

– A relação entre nós e o mundo. Como estar no mundo, como se envolver nele para além dos papéis de espectadores e consumidores? O que significa intervir? Como desalojar a cadeira do espectador, como fazer mundo em vez de consumir objetos e experiências?

– O sentido de nossa interdependência, não limitada à tarefa de salvação/ preservação da espécie, mas encarada como um problema político, a um só tempo singular e universal, de como viver juntos.

A força do anonimato quebra os códigos: de visibilidade, de representação, de identidade, de legitimidade, de acesso ao mundo. Quebra não apenas por uma potência de fuga e de dissolução, mas sobretudo porque nos devolve o mundo que há entre nós como aquilo em que estamos implicados, que nos desafia e que nos exige não aceitar o dado, rejeitar aquilo que nos separa, derrubar as distâncias que asseguram o exercício do poder. A força do anonimato quebra os códigos que privatizam a vida. Leva-nos até os limites do nosso pequeno eu para nos mostrar a impossibilidade de sermos apenas um indivíduo, de sermos, inclusive, exclusivamente humanos. Obriga-nos a pensar e a viver a partir desse

3 Merleau-Ponty, *Les aventures de la dialectique*. Paris: Gallimard, 1953, p. 278.

inacabamento que somos, a partir desse inacabamento que "é potência deste mundo", não a partir de uma verdade feita, e sim a partir de uma verdade por fazer.

Quebrando os códigos, a força do anonimato abre novas perspectivas para a crítica e para a reflexão política. Irei resumi-las em três eixos de questões.

Em primeiro lugar, ela oferece à crítica um ponto de vista que não é o da consciência que julga (uma realidade colocada à sua frente), senão o de um ***corpo implicado***. O corpo está implicado em uma cadeia alimentar, em uma rede de cuidados, em um entorno de ameaças, em desejos, em condições histórico-sociais. Para o corpo é impossível não viver. Ele padece, goza, se esgota, deseja, é vulnerável, mas resiste, cria, se reproduz. O corpo, ainda que esteja sozinho, está implicado porque inclui a existência de outro. No corpo se encontram o pessoal e o impessoal, o singular e o anônimo, a aparência e a escuridão. Ter um corpo é poder ser afetado. Tocar e ser tocado. Ter/ser um corpo é depender de outros, deixar rastro. Quais são as consequências, para o pensamento crítico, de assumir o ponto de vista desse corpo implicado? Há tempos a filosofia incorporou o corpo como objeto dos dispositivos de poder. No entanto, a pergunta que proponho vai além: como encarnar a crítica? Em continuidade com certas expressões do feminismo e do marxismo, como fazer do nosso contato corporal com o mundo e com os outros a base do pensamento crítico? Uma potência crítica? Quais serão os conceitos, as práticas, os materiais desse pensamento?

Em segundo lugar, a força do anonimato como perspectiva do pensamento crítico nos exige pensar o comum ***para além do espaço/tempo privilegiados da política***. Não apenas da política institucional, como é óbvio, mas também do momento insurrecional ou revolucionário, do momento do estar-juntos como apoteose do nós. Uma manifestação, uma greve, uma insurreição, uma okupação... são momentos privilegiados, dos quais Maio de 68 é o ícone mais próximo, momentos nos quais

a ação e a palavra perfuram a realidade, abrem um espaço de invenção coletiva, de subversão de papéis, de cancelamento das condições normais de existência. São momentos nos quais a possibilidade de estar-juntos redesenha o real e seu campo de possíveis. Blanchot dizia que Maio de 68 terminou sigilosamente porque não tinha que durar.[4] No entanto, o corpo dura. Como voltar à normalidade sem enlouquecer? Para além de estar juntos, como viver juntos? Há quem pense que o que vem depois dessa pergunta já não é política. Há algumas semanas, no contexto de um seminário de um mestrado sobre práticas do corpo,[5] falávamos da necessidade, por fim, de fazer dois corpos em paralelo: um que cria e um que sobrevive, um que está intermitentemente com outros e um que volta sozinho para casa, um que sente a capacidade de transformar o mundo e um que sabe que sua impotência é insuperável. Como viver com dois corpos? Será que seguimos mantendo a distinção entre vida pública e vida privada que o capital já se encarregou de dissolver, em benefício próprio? Nossos corpos seguem vivendo, e com seus vínculos conseguem fazer uma corda ou um tecido. Após o acontecimento, a palavra conquistada parece que se retira. Mas como sabemos? As pessoas seguem se frequentando, falando de suas condições de vida, de sua precaridade, de seus desejos, de seu mal-estar. A voz se faz rumor. São formas de resistência no ordinário para as quais a filosofia política não encontra palavras. Não me refiro à resistência do "povo" diante das "vanguardas" ou dos "letrados". É a resistência do ser anônimo que somos todos, ainda que tenhamos nome. Como rastreá-la? Como indagar e experimentar nesse terreno? Como conceder a ela expressão sem identificá-la?

Por fim, a força do anonimato permite deslocar a pergunta sobre a comunidade em direção à pergunta sobre **um mundo comum**.

4 Maurice Blanchot, *La communauté inavouable*. Paris: Minuit, 1983, p. 52.

5 Macapd (Máster en la Práctica de las Artes Contemporáneas & Diseminación), *L'Animal a l'esquena* – Universitat de Girona. 2008-2009.

A comunidade é uma promessa sempre adiada, um ideal regulador das nossas práticas coletivas e da imagem da sociedade futura reconciliada. A ideia de comunidade reintroduz a pergunta sobre o QUEM. E, no fundo, sempre precisa como resposta da ideia de um novo homem. Um novo homem a definir, criar, produzir. Por isso, a comunidade sempre é o que nos falta. A ideia de um mundo comum, por outro lado, é a certeza injustificável da qual sempre podemos partir. Aqui estamos, enredados em uma cadeia infinita de ações, de significados, de coisas, de relações, de dominações, de possibilidades... Podemos pensar que entre nós não há nada: puro abismo, pura vertigem, pura possibilidade da aparição (de outro). Como encontrar o outro? O ser em comum será então o horizonte de um salto incomensurável. No entanto, se pensamos que o "entre" está cheio, que é um campo infinito de relações que não começam nem terminam em mim, nos expormos será então encontrar esse mundo no qual estamos involucrados. Certamente não será uma comunidade, mas sim um mundo comum onde lutar, viver, criar. Curiosamente, a palavra comunidade é uma das palavras que renasceram com mais força na sociedade da informação. E isso ocorreu para designar precisamente a autorreferência dos mundos particulares: conjuntos de usuários relacionados ao redor de um mesmo objetivo. A comunidade acaba nomeando então a particularização dos mundos vividos, seu coisolamento. A ausência de uma dimensão comum. À força de perguntar QUEM, esse "quem" se fragmenta e se miniaturiza. É, em vez disso, na experiência do mundo comum que a pergunta pelo quem deixa de funcionar, que o anonimato inabilita a pergunta e, em paralelo, expressa um campo de relações. A ideia de mundo é totalizante: podemos imaginá-lo ou representá-lo. A ideia de mundo comum, não. Ela é sempre opaca porque sempre há algo por ver, por fazer, por criar. Algo que não sabemos e que necessita de outro.

Aprender o anonimato é aprender essa opacidade do que não cabe no representável, aprender a riqueza do que não está acabado e só pode ser continuado por outros que não conhecemos. Abrir essa possibilidade

tem a ver com a velha ideia da emancipação como tarefa coletiva. Uma emancipação para que a ideia de liberdade não remeta ao indivíduo, senão à possibilidade de fazer mundo coletivamente e de maneira autônoma. Como falamos antes: com a possibilidade de conquistar a liberdade no entrelaçamento.

Recopilando os três deslocamentos que esboçamos, poderíamos dizer então *a partir* do corpo implicado, *para além* do espaço/tempo privilegiado da política e *em direção* a um mundo comum: são essas as coordenadas do espaço teórico e prático que a força do anonimato nos abriu e onde se situa, para mim, a possibilidade de encontrar um terreno fértil para combater o duro abuso privatizador, identificador e despolitizador a que estão submetidas hoje, em menor ou maior grau, nossas vidas e nos atrever a dizer, com coragem, *nós*.

Caderno de Leituras n. 163 | 2023

Um mundo entre nós
Un mundo entre nosotros
Marina Garcés

Edição
Luísa Rabello e Maria Carolina Fenati

Tradução
Gabriela Albuquerque

Revisão da tradução
Fernanda Regaldo

Preparação de texto
Maria Carolina Fenati

Revisão
Andrea Stahel

Projeto gráfico
Luísa Rabello, Rita Davis

Imagem da capa
Dolores Orange

Coordenação da coleção
Luísa Rabello e Maria Carolina Fenati

Composto em Acumin Pro e Georgia

ISSN 2764-3301

Edições Chão da Feira
Belo Horizonte, maio de 2023

Esta e outras publicações da editora
estão disponíveis em www.chaodafeira.com